



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1006750-93.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **Adriano Pedro de Oliveira**
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

ADRIANO PEDRO DE OLIVEIRA propôs ação de cobrança securitária–DPVAT em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** Aduziu que em 29 de maio de 2015 foi vítima de atropelamento que lhe causou invalidez permanente. Requereu os benefícios da justiça gratuita e a condenação da requerida ao valor indenizatório de R\$13.500,00.

Encartados à inicial vieram os documentos de fls. 07/44.

Deferida a justiça gratuita às fls. 45/46.

A requerida, devidamente citada (fl. 140), apresentou resposta na forma de contestação (fls. 62/97). Preliminarmente, requereu a extinção do feito sem julgamento do mérito. Alegou que o autor não informou o valor da causa, que os seus documentos pessoais são ilegíveis, não estando comprovada sua qualificação. Que não veio aos autos comprovante de endereço, requisito obrigatório para a continuidade da ação. No mérito, asseverou a necessidade de laudo do IML e a culpa exclusiva da vítima que dormia embaixo do caminhão. Alegou que o requerente pretende receber o valor máximo independentemente do grau de invalidez, sendo que a lei prevê a graduação do percentual utilizado para as indenizações. Que houve requerimento administrativo sendo, naquela ocasião, realizado o pagamento do valor de R\$2.362,50. Impugnou a documentação juntada pelo requerente, de caráter unilateral, pugnando pela realização da prova pericial médica, a ser realizada pelo IMESC para a apuração do grau de invalidez. Requereu a improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 98/138.

Réplica às fls. 144/145.

Decisão saneadora às fls. 146/147, com a determinação de realização da perícia médica.

Agravo de instrumento (fls. 159/188) interposto e recebido em seu efeito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

suspensivo (fls. 189/190) . O V. Acórdão de fls. 214/233 deu provimento ao recurso determinando a realização de perícia junto ao IMESC.

Laudo pericial às fls. 253/257.

O requerente juntou novo documento às fls. 260/262.

Manifestação sobre o laudo pericial (fls. 265/267 e 268/273).

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Não havendo necessidade de maior produção probatória, visto que as provas produzidas já são suficientes à formação do juízo de convicção, julgo o feito no estado em que se encontra, nos termos do art. 354, do NCPC. Nesse sentido o entendimento do E.STJ:

"Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder." (STJ, Resp. 2.832-RJ, relator Ministro Sálvio de Figueiredo, julgado em 04/12/91).

As questões preliminares já foram devidamente analisadas (fls. 146/147 e 206), restando apenas a análise do mérito.

Vale frisar que o v. Acórdão de fls. 214/233 afastou a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor

Pois bem; trata-se de ação de cobrança securitária que a parte requerente interpôs visando o recebimento do seguro DPVAT em sua totalidade, tendo em vista a alegada invalidez permanente decorrente do acidente de trânsito.

Diante dos documentos acostados aos autos observo que o sinistro ocorreu em 29 de maio de 2015. Nessa época já vigorava a Lei nº 6.194/74, com as alterações propostas pela Medida Provisória n.º 451/08 e, posteriormente, convertida na Lei n.º 11.945/09, que fixa o montante indenizatório em até R\$ 13.500,00 para o caso de invalidez permanente.

Referida lei disciplina a gradação das lesões sofridas para o pagamento do seguro DPVAT, devendo ser aplicada aos eventos ocorridos em data posterior à sua respectiva entrada em vigor, como ocorreu no caso em tela.

Quanto ao assunto, friso que o Supremo Tribunal Federal já se posicionou, considerando constitucionais as alterações na legislação sobre o seguro DPVAT, tendo sido julgadas improcedentes as ações diretas de inconstitucionalidade nº 4627 e 4350 que versavam sobre a matéria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A indenização para a hipótese de incapacitação permanente, conforme já estabelecido pela Súmula nº 474, do STJ, deve ser paga de modo proporcional, a depender da extensão da incapacitação. In verbis: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez".

Nesse sentido o E. STJ:

(...)Outrossim, a Segunda Seção deste Tribunal, no julgamento do Tema n.º 542, ao qual está vinculado o Recurso Especial Repetitivo n.º 1.246.432/RS, consolidou o entendimento no sentido de que a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, conforme assentado naquele aresto, verbis: "RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT.SEGURO OBRIGATÓRIO.INVALIDEZ PARCIAL. INDENIZAÇÃO A SER FIXADA DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ.SÚMULA N.º 474/STJ. 1. Para efeitos do art. 543-C do Código Processo Civil:A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmulan.º474/STJ).2. RECURSO ESPECIAL PROVIDO."(REsp1.246.432/RS,SEGUNDA SEÇÃO, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, julgado em 22/5/2013, DJe de 27/5/2013). Cabe destacar do voto condutor a conclusão de que "ponderou-se que para a interpretação do art.3º, "b", da Lei 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório DPVAT, deve-se considerar a partícula 'até' constante da sua redação originária e que se manteve,inclusive,após as modificações introduzidas pelas Leis n. 441/1992 e 11.428/2007". (...) (STJ:AREsp Nº 318.934 - RS (2013/0085003-9)Relator:Ministro Raul Araújo. Julgado em 16/11/2016. Publicado em 06/12/2016).

Assim, remanesce apenas controvérsia quanto à existência e a extensão da incapacitação do demandante, sendo que para a solução da questão foi designada perícia técnica médica.

Embora não se encontre o julgador submetido aos pareceres apresentados para a formação de seu convencimento, eles proporcionam elementos técnicos preciosos para se chegar à justa solução da lide.

Com o laudo pericial de fls. 253/257 restou evidenciada a não ocorrência de qualquer invalidez que possa ser enquadrada na tabela DPVAT. O laudo reconheceu o nexo de causalidade entre o atropelamento e as lesões residuais, no entanto constatou que "não há dano corporal que encontre enquadramento à Tabela DPVAT" (fl. 257).

Em que pese a irresignação do autor frente ao laudo apresentado, este foi elaborado de maneira bastante clara e satisfatória, não sendo necessários mais esclarecimentos por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

parte do perito. O laudo apresentado às fls. 260/262 foi realizado em período anterior a este, com um interregno de 08 meses, sendo que neste período, ao que parece, houve melhora do quadro clínico do autor.

Como já exposto, a indenização pelo seguro DPVAT se dá nos moldes da Tabela da SUSEP, sendo necessário não apenas a comprovação do nexo de causalidade entre as lesões e o acidente, como também a existência de sequelas permanentes, o que não se deu no caso concreto, sendo o que basta.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.

Vencida a parte autora arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, observada a gratuidade deferida.

Na hipótese de interposição de apelação, tendo em vista a nova sistemática estabelecida pelo NCPC que extinguiu o juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010 do NCPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para que ofereça resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo definitivo.

P.I

São Carlos, 06 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**